

| 1129 | ITACARAMBI: UM MUNICÍPIO ÀS MARGENS DO RIO SÃO FRANCISCO E NA PERIFERIA DO SISTEMA

Jeanne Cristina Menezes Cresso

Resumo:

No ano de 2011, fomos convidados pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais a participar de um levantamento de campo para o Projeto “Cidadania Ribeirinha”, que tem por objetivo a melhoria das condições de vida das populações ribeirinhas que residem no Estado de Minas Gerais, a partir da valorização da identidade sociocultural são-franciscana, por meio de ações e de articulação institucional desenvolvidas nos municípios contemplados pelo projeto. Assim, no período compreendido entre 16 e 23 de agosto de 2011, a equipe visitou os municípios de Manga, Matias Cardoso, Itacarambi e Pedras de Maria da Cruz, todos com sedes municipais banhadas pelo Rio São Francisco e possuidores dos menores Índices de Desenvolvimento Humano do Estado de Minas Gerais. Desta forma, a partir de dados levantados na ocasião, com auxílio de bibliografia especializada no assunto, realizaremos uma breve análise sobre a organização do espaço urbano do Município de Itacarambi, que a nosso ver seria um destaque dentre os municípios antes mencionados, uma vez que verificamos esforços tanto da iniciativa pública municipal, quanto de organizações coletivas - estas últimas fortemente marcadas pelo cooperativismo social, no sentido de melhorar a inserção deste município no espaço econômico regional do Norte de Minas Gerais.

Palavras-chave: Itacarambi, política urbana, economia solidária, cooperativismo social.

Considerações Iniciais

O Município de Itacarambi está localizado na microrregião de Januária, mesorregião do Norte de Minas Gerais, possui 1.225 Km² de extensão, com população total estimada em 17.720 habitantes. Dentre estes, 13.799 habitantes constituem sua população urbana, concentrada numa área correspondente a menos que 5% de sua extensão territorial. Os demais 3.921 habitantes do município constituem sua população rural, espalhada pelo restante do território municipal.



Localização do Município de Itacarambi.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:MinasGerais_Municip_Itacarambi.svg



Vista aérea do Município de Itacarambi. Fonte:
<http://carlosdiamantino.com/2012/03/06/itacarambi-do-peruacu/>

Espaço singular no contexto estadual, o espaço natural desta mesorregião é caracterizado pela transição do domínio do ecossistema cerrado para o da caatinga, apresentando formações vegetais como cerrado e afins, a floresta caatinga, a caatinga hipoxerófila e a floresta perenifólia de várzea com buriti. O clima da região varia entre o tropical úmido de savanas com invernos secos, e o quente seco, com chuvas de verão; não sendo totalmente caracterizado pelo semiárido, apesar desta fazer parte do Polígono das Secas brasileiro.

As bacias hidrográficas mais importantes que drenam a região são a do São Francisco, a do rio Pardo e a do rio Jequitinhonha. O relevo da porção a oeste do rio São Francisco caracteriza-se pela presença de superfícies de aplainamento conservadas, cuja evolução está relacionada com processos de denudação periférica, realizados pela drenagem do rio. Nessa área, o planalto aparece em forma de “chapadões”, podendo-se encontrar formas onduladas e colinas arredondadas. Na depressão do rio São Francisco, o calcário predomina, com suas formas específicas: dolinas, vales secos, drenagem subterrânea e grutas, como ocorre em torno de Januária, Itacarambi e Jaíba. Já a região de Grão Mogol é marcada pela presença da Serra do Espinhaço, formada por quartzitos e arenitos da série Itacolomi e numerosos conglomerados, distribuídos pelas encostas.

A região norte de Minas Gerais caracteriza-se por ocorrência cíclica de seca, com economia basicamente atrelada à agropecuária e uma população em constante migração devido às precárias condições de vida ali existentes. Esta sua fragilidade socioeconômica é marcada por uma economia pouco diversificada, já que possui os índices mais baixos de PIB

(menos de 4% do total do Estado) e IDH do Estado de Minas Gerais. De acordo com Rodrigues (2000), a causa do subdesenvolvimento desta região advém de fatores como: intensificação das relações capitalistas; base econômica da região permaneceu estagnada, simples e pouco diversificada; baixa integração e exportação de produtos de baixo valor agregado; baixo poder aquisitivo e pobreza da população; alta concentração de renda; e organização social e política que reflete os traços paternalistas de uma estrutura social rígida.

Outra característica regional é a sua heterogeneidade social. Um território no qual convivem tanto sociedades ligadas a um modo de vida rural e tradicional - comunidades indígenas, quilombolas, agricultores familiares, assentados de reforma agrária, pescadores e ribeirinhos; como sociedades urbanas, que vivem em centros urbanos de pequeno e médio porte, como as cidades de Januária e Montes Claros.

Considerada algumas vezes como uma região “problema”, e outras como “cheia de possibilidades”. Esta região, historicamente isolada do resto do país, tem sido alvo constante de políticas assistencialistas e pouco eficazes por parte do governo federal brasileiro, principalmente no tocante ao do combate à seca e incentivo ao aquecimento econômico regional a partir do aproveitamento dos recursos hídricos do rio São Francisco, permanecendo à mercê do patrimonialismo agrário e não superando, até o momento, sua condição periférica tanto no contexto estadual quanto no nacional.

Assim, Itacarambi é um exemplo típico de município de pequeno porte, como a maioria das cidades na região, caracterizado por todas as ambiguidades intrínsecas a mesma. No entanto, nos últimos anos, podemos atestar esforços tanto da iniciativa pública municipal, quanto de organizações coletivas - estas últimas fortemente marcadas pelo cooperativismo social, no sentido de melhorar a inserção deste município no espaço econômico regional do Norte de Minas Gerais.

O espaço urbano do Município de Itacarambi

Itacarambi foi elevada à categoria de município pela Lei Estadual nº 2764, de 30/12/1962, desligando-se assim do Município de Januária. Esta municipalidade é cortada pelo rio São Francisco, estando organizada em: Sede Municipal, Barreirinho e Malhadinha na margem direita deste rio; além de Pindaíbas e Fabião (I e II), na margem esquerda do mesmo.

Há alguns anos atrás, esta passou por algumas intervenções urbanísticas, como a estruturação de praças e demais centros de lazer e convivência social, havendo, inclusive, aproveitamento do leito daquele rio para a criação de uma orla fluvial com praça, quadra

esportiva e pista para caminhada, reproduzindo um modelo do tipo *waterfront* de requalificação de um determinado espaço urbano, já testado em orlas fluviais e marítimas em diversas partes do mundo (MARCONDES, 1999).

A nosso ver, os recursos públicos investidos no “embelezamento” da cidade e revitalização da área contígua ao rio São Francisco estão ligados tanto a uma política de inserção deste município no espaço regional, na busca pela atração de investimentos e de turistas; quanto no resgate simbólico das origens ribeirinhas deste município, buscando a conscientização da valorização da identidade regional no cidadão usuário deste espaço. Como objeto de análise para a última afirmação, identificamos as esculturas presentes na praça em frente ao rio, representando animais, símbolos do folclore e da cultura popular brasileira, dentre as quais se destacam as enormes carrancas, um dos símbolos mais expressivos relacionados ao rio São Francisco.

A cidade também conta com expressivo patrimônio histórico edificado, destacando-se os prédios nos estilos eclético e art-déco, restritos ao núcleo urbano imediato à beira do rio, como é de se esperar devido ao próprio histórico de formação da cidade. No entanto, seu estado de conservação não é dos melhores, tendo todos eles sofrido intervenções inapropriadas para sua adaptação ao uso atual.

Sua praça principal, em frente ao rio São Francisco, conta com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo município. No entanto, esta edificação sofreu tantas intervenções, que se encontra muito descaracterizada, principalmente no seu interior.

Destarte a intervenção urbanística acima mencionada, o município de Itacarambi apresenta sérias deficiências em relação à oferta dos serviços de infraestrutura básica, que implica em sérios riscos socioambientais. Sua rede de captação e tratamento de esgoto é insuficiente para a população, acarretando, na maioria das vezes, em despejo direto nos rios e nascentes. Ainda, contamos com um serviço inoperante de coleta e tratamento do lixo por parte do poder municipal, que implica no despejo deste em áreas a céu aberto, implicando em potencial contaminação do solo, dos lençóis freáticos e, até mesmo, do ar. Alguns, ainda, praticam a queimada do lixo, que numa região com períodos de estiagem pode ocasionar incêndios devastadores, principalmente, da vegetação nativa, protegida oficialmente pelo Estado brasileiro.



Detalhes da Praça em frente ao rio São Francisco. No sentido horário: escultura de carranca, edificação no estilo eclético, Igreja de Nossa Senhora da Conceição.
Fotos: Jeanne Crespo, 2011.

A isto, se junta um sistema de abastecimento de água com eficácia restrita à sede municipal. Nos distritos municipais, o mais comum são os poços comunitários, nos quais a água não é devidamente tratada, uma vez que a maioria destes poços é clandestina. Não podemos deixar de mencionar que em muitas residências, mormente naquelas que se destinam à plantação de pequeno porte, há caixas de captação de água de chuva. Tal sistema apresenta-se como uma maneira rápida de se obter um certo volume de água, de razoável qualidade, em um período de tempo bastante reduzido, sendo de grande utilidade para as

áreas com abastecimento de água deficiente e com períodos de estiagem características da região. No entanto, a maioria destas caixas de captação está inoperante.

A sede municipal de Itacarambi apresenta uma estrutura básica de atividades comerciais para atender minimamente a população local, como padarias, pequeno comércio, supermercados, uma única agência do Banco do Brasil, farmácias e bares.

O município, ainda, conta com um sistema de saúde pública que conta com 28 unidades (entre hospitais e postos de saúde), a qual oferece serviços emergenciais, ambulatoriais e obstetrícios. A sua rede escolar, que conta com oferta de ensino fundamental e médio, também é de inteira responsabilidade do Estado.

A base econômica municipal é a agropecuária, com destaque para o cultivo da banana, cujo monopólio da produção pertence à empresa nipo-brasileira Brasnica Frutas Tropicais. Ainda, destacamos o cultivo de arroz, cana, feijão, mamona, mandioca, milho, tomate, umbu, pequi, soja e tomate. A pecuária bovina se destaca em relação aos demais rebanhos da região, seguida pela criação de suínos e eqüinos, em ordem decrescente.

Com relação à geração de emprego neste município, os indivíduos que possuem maior grau de escolaridade, ao optarem pelo ensino superior ou tecnológico, tem que ir para outras cidades como Januária e Montes Claros, por exemplo. No entanto, a maioria destes indivíduos não retorna, devido a falta de perspectiva em ser absorvido pelo mercado de trabalho local. Os postos de trabalho mais atraentes no município são aqueles ligados à atuação nas instituições públicas, principalmente na esfera municipal.

A Constituição Federal de 1988 assegurou maior autonomia aos municípios. Através de leis orgânicas, os municípios estabelecem suas próprias organizações administrativas, possibilitando que as municipalidades tomassem muitas decisões que antes estavam atreladas ao poder do Estado como, por exemplo, a busca do desenvolvimento econômico local, implementação de políticas sociais e implantação de serviços urbanos.

Todavia, o pleno exercício do novo poder local não tem sido tão simples. Coelho (1994, p.24) assinala que:

[...] a administração municipal brasileira encontra-se diante de uma potencialidade de ações de desenvolvimento econômico ainda não exploradas na medida em que estas têm sido consideradas como funções e competência do Estado e da União. Atuando mais na área de políticas de uso do solo, os Municípios não têm conseguido integrar política urbana e desenvolvimento econômico [sendo que] as definições presentes na Constituição de 1988 - votada sob influência de ideias municipalistas e de descentralização - necessitam ganhar uma dinâmica própria e se materializar em projetos e arranjos institucionais

específicos no interior do Executivo [já que] os municípios não têm se assumido enquanto um agente de desenvolvimento econômico.

Para o poder local, principalmente nos municípios mais carentes, implantar políticas públicas tem significado enfrentar muitas dificuldades como: a falta de pessoal técnico qualificado para tratar de assuntos como execução orçamentária, plano diretor, prestação de contas, entre outros; insuficiência de recursos técnicos e financeiros para acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas; e pouca capacidade de arrecadamento de recursos, fortalecendo os laços de dependência dos repasses de recursos da Unidade Federativa ou da União.

De acordo com A. Pereira (2007, p. 202), compreender o novo papel do poder local e colocar na prática essa descentralização não tem sido tarefa fácil para os municípios norte-mineiros, podendo tal dificuldade ser percebida a partir da falta de instrumentos de gestão e política urbana nestes municípios. Itacarambi, por exemplo, não possui lei específica de solo criado, lei específica de operação urbana consorciada, lei específica de Estudo de Impacto de Vizinhança, Código de Posturas, Plano Diretor e nem mesmo um Plano de Desenvolvimento local.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/2001, veio regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal Brasileira, buscando estabelecer diretrizes e instrumentos para orientar e dar suporte aos municípios na construção da política de desenvolvimento urbano local, regulamentando o uso da propriedade urbana em função do interesse público e preconizando a participação da população em todas as etapas de elaboração do Plano Diretor.

Com relação à obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor, o Artigo 41 do Estatuto da Cidade determina que o mesmo seja obrigatório para cidades: com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; integrantes de áreas de especial interesse turístico; inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

A nosso ver, mesmo que o município de Itacarambi tenha menos de 20.000 habitantes, o mesmo se encontra em uma região de grande relevância natural, cujos recursos naturais podem ser explorados turística e economicamente; marcada por uma complexa realidade socioeconômica; alvo de grandes investimentos agropecuários e com potencialidade em recursos energéticos. Desta forma, com a instituição de um Plano Diretor, assim como de outros instrumentos jurídicos urbanos complementares, este município pode planejar a ordenação e o controle do uso do solo; a integração e complementaridade entre as

atividades urbanas e rurais; a regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, visando efetivar o direito à moradia daqueles que vivem em condições precárias e sem segurança jurídica de proteção; além de poder investir em ações de planejamento de médio e longo prazo.

As limitações orçamentárias e técnicas a realização de tal tarefa, no entanto, podem ser resolvidas com uma proposta de Plano Diretor Regional Participativo, a partir de parcerias com outros municípios de pequeno porte da região com características semelhantes, onde também não exista a exigência legal de elaboração do plano.

A cultura da dependência do poder público é outra característica da região, explicável por um histórico marcado por relações sociais clientelistas e intervenções estatais assistencialistas. Isto pode ser percebido desde a reprodução do discurso de que “a gente é pobre porque o Estado não ajuda”, até a necessidade de repasse de recursos pelo Estado e União para a administração municipal, uma vez que o município apresenta uma economia frágil e pouco dinâmica, com limitações na arrecadação de receitas. Devemos refletir sobre até que ponto a estagnação da grande maioria dos municípios brasileiros não tem funcionalidade política, uma vez que, as emendas de orçamento, repasses e convênios estaduais e federais podem servir como “moeda política”.

Atividades econômicas e sociedade

Para a grande maioria da população residente em Itacarambi, além da tímida oferta de trabalho nos setores doméstico e de bens e serviços; percebe-se a reprodução da tendência regional de incorporação a baixo custo pela agricultura de baixa produtividade do entorno imediato e pelo agronegócio local ou de outras regiões do Estado e do país, de indivíduos com menor grau de escolaridade e especialização. Mormente os indivíduos do sexo masculino emigram a fim de postos de trabalho temporários em outras regiões, nos períodos de “folga” da lavoura temporária. Ao nosso ver, esta inserção no circuito agroindustrial como fornecedor de mão de obra barata, apesar de poderem constituir solução imediata para os problemas relacionados à renda e a necessidade de subsistência, só reafirma a condição do município de Itacarambi como espaço periférico e marginal.

Em tempos de capitalismo global, a economia só tem espaço para capitalistas que visam a todo custo o lucro, em sua mais alta escala, seja na mais-valia ou na exploração do mercado financeiro. O trabalhador, com seu talento individual, suas habilidades e inteligência é visto como uma mercadoria, onde, quanto mais explorado mais rentável ele se torna.

E com a agricultura não foi diferente. A chamada “penetração do capitalismo no campo”, com a corrida pela modernização, causou sérios danos ao pequeno agricultor, transformando-o de proprietário produtor, em assalariado ou desempregado, causando mais uma vez o aumento exacerbado de capital do grande produtor. Assim, em contraposição a este processo e visando integrar os “excluídos do capitalismo”, e apresentá-los uma nova maneira de integrar-se ao mercado cada dia mais concorrido e capitalizado, surge o conceito da Economia Solidária, ou seja, uma forma de produção, consumo e distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não na do capital. Um sistema produtivo que não seja norteado pela obtenção do lucro, pelo estímulo à competitividade e que principalmente, não responda aos interesses de uma minoria privilegiada.

Segundo ROCHA (2007), a economia Solidária ressurge hoje como resgate da luta histórica dos(as) trabalhadores(as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. Estas organizações nas relações de trabalho, à luz da Economia Solidária, seguem alguns princípios bem fundamentados e se realiza com maior sucesso com o cooperativismo e associativismo popular. É importante entender o modo como se engendram as ações mediante as cooperativas e associações.

O cooperativismo se dá pela união entre pessoas que visam um mesmo objetivo. Através da cooperação, busca-se satisfazer as necessidades humanas e resolver os problemas comuns entre os cooperados. O intuito principal é o homem, não o lucro. Uma organização dessa natureza caracteriza-se, principalmente, por ser gerida de forma democrática e participativa, de acordo com aquilo que pretendem seus associados.

Paul Singer (1999) trata a crise do desemprego no sistema capitalista como decorrente do próprio progresso tecnológico e, por isto, eminente. Desta forma, este autor aponta que existem soluções capitalistas e não capitalistas para o desemprego.

A solução capitalista ao desemprego é norteada, na maioria das vezes, em oferecer ao trabalhador um treinamento técnico-profissional em um determinado ramo de atividade e prover oportunidades para que este trabalhador comece seu próprio negócio, geralmente, uma microempresa prestadora de serviços a outras empresas. Vale salientar que apenas o conhecimento, o domínio tecnológico e o maior nível de qualificação não indicam o fim do desemprego, pode ocasionar uma maior concorrência entre os mais qualificados. Uma melhor qualificação profissional caberia ao trabalhador individual, que teria vantagens na “luta” por um emprego. Essa tendência do capitalismo não dá ao trabalhador uma oportunidade certa de entrar com sucesso em um mercado já muito competitivo. Além disto,

a falta de emprego e políticas públicas que auxiliem o trabalhador desempregado a obter uma fonte de renda, faz com que a tentativa de emprego em alguma grande cidade torne-se sua última alternativa para conseguir incorporar-se à economia capitalista.

O fluxo cotidiano de trabalhadores para os grandes centros, hoje ocorre, não devido a uma política de “industrialização do campo” como visto na década de 1970, mas sim por falta de uma política econômica que proporcione a esse trabalhador uma perspectiva de obtenção de renda seja no campo ou na cidade, um novo caminho que não direcione o trabalhador a migrar para um grande centro já saturado de indivíduos que buscam oportunidades.

Assim, a economia solidária surge como uma solução não capitalista ao desemprego, um princípio de geração de renda baseado na perspectiva de oferecer a massa socialmente excluída uma oportunidade real, justa e digna de se reinserir na economia, ou seja, criar oportunidade com o desenvolvimento local em alternativa ao desemprego e como contenção da evasão populacional, principalmente dos pequenos municípios periféricos para os grandes centros. Com isto, busca-se despertar e incentivar o empreendedorismo, buscando parcerias com o poder público organizando-se em forma de cooperativismo e associativismo.

Tais ações em pequenas cidades podem gerar empregos, aumentar a renda e “frear” o processo de deslocamento populacional para os grandes centros, proporcionando melhoras na qualidade de vida da população. O conceito de economia solidária busca um desenvolvimento baseado na valorização do ser humano, visando o desenvolvimento socioeconômico a partir da auto-Gestão. Este sistema realiza a inclusão social, baseado no poder de cooperação entre os participantes e atua resgatando a dignidade dos trabalhadores.

As formas de associativismo são caracterizadas principalmente pela economia solidária, que nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, pois seu capital é propriedade dos que nela trabalham. Sua finalidade básica não é maximizar o lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho. P. Singer (1999) aponta como principais empresas solidárias as cooperativas, nas quais estão mais presentes as regras de mercado e do salário e, que, de certa forma, tem mais facilidade de sobrevivência num sistema capitalista, já que, muitas destas apresentam uma trajetória ou de desintegração, ou de transformação em empresas convencionais com a finalidade de se reproduzirem e crescerem.

E no município de Itacarambi, já podemos perceber alguma movimentação em torno da noção de organização social em torno de associações e/ou cooperativas comunitárias, visando a melhoria das condições de vida e a valorização dos trabalhadores

locais. Um bom exemplo é a Associação Comunitária do Distrito de Fabião II, com cerca de 140 associados. Quase todos os membros da comunidade tem pequenas plantações para uso familiar, assim como para o extrativismo de plantas destinadas ao aproveitamento comercial com viés artesanal e medicinal. Ainda, alguns dos associados foram contratados pelas instituições ambientais locais como brigadistas e guias das unidades de conservação locais. As mulheres, por sua vez, estão organizadas em torno do artesanato com viés comercial.

Devido à proximidade com o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, dezessete residências na comunidade, por incentivo dos próprios membros, foram cadastradas pelo ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, gestor do parque em questão, como estabelecimentos do tipo *bed and breakfast*, destinados ao recebimento de visitantes do Parque. Turismo este que, ainda é restrito a escolas, universidades e a comunidade acadêmico-científica, devido ao fato de que o Parque ainda se encontra em estágio de implantação de infraestrutura para recebimento de visitas regulares.

Outro exemplo bem de iniciativa por parte da população é a organização de mulheres locais em uma associação de catadores de material reciclável, a despeito do preconceito que a maioria da população urbana municipal tem contra quem lida com “lixo”.

Em um município com a deficiência em lidar com os resíduos sólidos populacionais, tal iniciativa se mostra bastante útil, tanto no campo da preservação do meio ambiente, quanto no campo político e do exercício da cidadania.

Vale ressaltarmos que as experiências em organização de catadores de material reciclado é um fenômeno nacional, que de acordo com Dias (2007:590):

Assume contornos distintos nas várias regiões do país, em função tanto da dificuldade de conquista de apoio e parceria com os governos locais, e/ou quanto à dificuldade que as associações/cooperativas encontram em equilibrar a energia dispensada ao processo sócio-organizativo e às ações de publicização da causa (ações de mobilização internas e externas), com a necessidade de se fortalecerem enquanto empreendimento econômico num mercado da reciclagem cada vez mais competitivo, onde o interesse especulativo de grupos ligados ao setor de saneamento pressionam pela privatização do setor de resíduos sólidos.

Ainda na visão desta autora, tal conflito entre os princípios da solidariedade, que anima o associativismo, com os princípios do mercado, compartilhado pelas associações enquanto empreendimentos, diz respeito à existência de duas lógicas distintas que operam, simultaneamente, no interior dessas experiências, determinando uma série de impasses. Para o caso da Associação de Mulheres Catadoras de Material Reciclado de Itacarambi, a luta pela

sobrevivência ainda prevalece, uma vez que não podem contar com recursos do poder público.

Considerações Finais

A mesorregião Norte de Minas pode ser destacada por todo um conjunto de recursos disponíveis e potencialidades que a excluem da condição de região pobre e a colocam na direção efetiva do desenvolvimento econômico e social autônomo e sustentável.

Apesar de ter sido registrado, nos últimos anos, melhorias em relação aos seus indicadores socioeconômicos, tais alterações ainda não foram suficientes para reverter o quadro de desigualdade regional que se firma no estado de Minas Gerais, no qual podemos perceber uma hierarquia econômica e política entre as cidades, de acordo com sua organização socioeconômica.

No caso de Itacarambi, sua condição de periferia do sistema é inegável, repercutindo diretamente na sua organização espacial. Em uma organização do seu espaço socioeconômico. Nesta, como nas demais pequenas cidades que são percebidas como municípios periféricos, suas economias locais, muitas vezes, presas em um determinado ramo de produção, ou em uma elite industrial e comercial dominante, causando estagnação econômica. Esta última, por sua vez, gera uma busca por alternativas de inclusão socioeconômica, principalmente de grupos sociais que se encontram à margem do sistema.

A alternativa que mais impacto vem causando em várias partes do mundo é o investimento em iniciativas que, dentro do sistema capitalista, estimulem e dêem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas. Assim, as formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas, empreendidas no seio do sistema capitalista por meio de associações de profissionais e ou comunitárias, especialmente se implementadas através de projetos de desenvolvimento local, constituem-se na alternativa mais plausível de inclusão social e econômica, merecendo investimentos maciços tanto dos governos como das organizações não governamentais.

Inclusive, no campo das possibilidades dos governos locais é possível motivar mudanças capazes de alterar a correlação de forças entre os diferentes segmentos sociais, uma vez que cada cidade é campo e objeto de relações de geração e apropriação de recursos - materiais, políticos e simbólicos - que resultam das formas particulares únicas que estruturam o poder e as relações econômicas. Assim, os objetivos centrais de um governo local comprometido com os grupos sociais subalternos e voltado para a construção de alternativas societárias, perpassa por seu apoio tanto no aspecto financeiro quanto

estratégico, em projetos e oportunidades auto-sustentáveis e solidárias de geração de trabalho e renda.

O retorno alcançado com a implantação de projetos dessa natureza, no entanto, não deve ser medido apenas em termos econômicos, pois, em grande parte, o sucesso se deve ao resgate da cidadania, da solidariedade, da integração social e da consciência ecológica.

O estímulo ao desenvolvimento local autogerido e autosustentado coloca em pauta a cooperação, a solidariedade, a descentralização econômica, a confiança entre pessoas, as tradições artesanais, a estrutura da família, em síntese, o comunitarismo. Esses são alguns dos múltiplos elementos a serem considerados para descrever a capacidade específica do meio de favorecer o desenvolvimento socialmente mais equilibrado.

No entanto, em municípios com a realidade de Itacarambi se faz necessário um estudo direcionado e racional, para indicar as potencialidades produtivas da população trabalhadora, e assim, engendrar um sistema organizado e descentralizado de produção, que

diga “não” ao individualismo, e beneficie a maior massa possível de trabalhadores afins em um determinado ramo, gerando lucros e a abertura do mercado a todos.

Ainda, para se trabalhar as potencialidades turísticas da região deve-se levar em consideração os custos de cunho social, cultural e o ambiental, que denotam uma complexidade e aspectos multicausais, pois a visitação gera implicações positivas e negativas. Sendo assim, ao se atrair os turistas não devem ser ignorados certos preceitos básicos de preservação e que geram impactos ambientais negativos nas regiões receptoras.

Referências Bibliográficas

ABREU, J. F. de. et al. 2002. Tipologia das regiões. *BDMG: Minas Gerais no Século XXI – Reinterpretando o espaço mineiro*, v.2, Belo Horizonte, Rona Editora.

ARRUDA, M. A.; AMORIM FILHO, O. B. 2002. Os sistemas urbanos. *BDMG: Minas Gerais no Século XXI – Reinterpretando o espaço mineiro*, v.2, Belo Horizonte, Rona Editora.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Municípios mineiros. Disponível em: www.almg.gov.br [Acessado em 15 de Novembro de 2012]

BARBOSA, W.A. 1995. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro.

COELHO, F. D. 1996. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. FONTES, A., COELHO, F. D. (Org.). *Desenvolvimento econômico local: Temas e abordagens*. Rio de Janeiro, IBAM/SERE/FES, 1996.

COSTA, J. B. A. 2003. *Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência*. Tese (Antropologia Social), Brasília, Universidade de Brasília.

DEMOUSTIER, D. 2000. *Economia Social e Solidária*. São Paulo, Loyola.

DIAS, S. M. 2010. Do lixo à cidadania - catadores: de problema social à questão sócio-ambiental. Disponível em: <http://www.inclusivecities.org/pdfs/II%20Sem%20Mov%20Soc%20pdf.PDF> [Acessado em 09 de Dezembro de 2011]

DULCI, Otávio Soares. 1999. *Política e Recuperação Econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

GOMES, P.C. 1995. O conceito de região e sua discussão. CASTRO, I. E.; GOMES, P.C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 49-76.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Banco de Dados Cidades*. Disponível em: www.ibge.gov.br [Acessado em 15 de Novembro de 2012]

Instituto de Geociências Aplicadas. Base de Dados Cidades. Disponível em: www.iga.br [Acessado em 15 de Novembro de 2012]

MARCONDES, M. J. A 1999. *Cidade e Natureza: proteção dos mananciais e exclusão social*. São Paulo, Studio Nobel.

PEREIRA, A. M. ALMEIDA, M.I.S. de. (org.)2004. *Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais*. Montes Claros, Unimontes.

ROCHA, M. M. 2003. A novidade dos que chegam e o rompimento dos que estão: populações, meio ambiente e uma nova diretriz para o desenvolvimento. *Quinto Encuentro Internacional Humboldt*. Neuquén, AR Networks - Elistas.net, v. 1, 1-15.

SINGER, P. 1999. *Globalização e Desemprego: Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Contexto.

SOUSA SANTOS, B. 2002. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

SPOSITO, M. E. B. 2001. *As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente.

VAINER, C.B. 2002. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local?, *Cadernos IPPUR/UFRJ*, 2001-2/2002-1,13-32.